

Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar

*Claudia Vicci Amadeu
Jorge Luiz da Silva
Marina Garcia Manochio-Pina*

Resumo: O crescente desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem trazendo mudanças significativas nas tarefas realizadas no cotidiano. O presente estudo tem como objetivo identificar como a inclusão digital pode favorecer o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Constitui uma revisão integrativa da literatura, realizada em bases de dados científicas. Como critérios de inclusão, optou-se por artigos publicados nos últimos 10 anos (2011 – 2020), em português, inglês e espanhol. O levantamento bibliográfico localizou 47 artigos, dentre os quais nove atenderam aos critérios de inclusão e foram analisados. Os resultados indicaram que a inclusão digital está positivamente associada à qualidade de vida, e essa a índices mais elevados de educação, saúde e segurança econômica. Identificou-se também fatores limitantes ao empoderamento das mulheres e idosos.

Palavras-chave: Empoderamento; Inclusão digital; Qualidade de vida.

Digital inclusion and its relationship with empowerment, quality of life and well-being

Abstract: The growing technological development and Information and Communication Technologies (ICT) has brought significant changes in daily tasks. This study aims to identify how digital inclusion can favor people's empowerment, quality of life and well-being. It consists of an integrative literature review done in scientific databases. As inclusion criteria, we chose articles published in the past 10 years (2011-2020), in Portuguese, English and Spanish. The bibliographic survey found 47 articles, among which nine met the inclusion criteria and were analyzed. The results indicated that the digital inclusion is positively associated with quality of life, which is associated with higher levels of education, health and economic security. It was also identified limiting factors for empowerment of women and the elderly.

Keywords: Empowerment; Digital inclusion; Quality of life.

Introdução

O crescente desenvolvimento tecnológico e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e a relativa facilidade de aquisição de dispositivos como os *smartphones* e *tablets* torna mais fácil o acesso das pessoas aos muitos recursos proporcionados pela tecnologia. Entretanto, nem todas estão igualmente preparadas para desfrutar desses recursos.

A falta de oportunidades deixa muitas pessoas à margem dos recursos proporcionados pelas tecnologias, resultando em uma divisão que as classifica em incluídos e excluídos digitais (Helou, Lenzi, Abreu, Saiss & Santos, 2011). Adultos, de forma geral, têm maior dificuldade quanto ao acesso e utilização de tecnologias, por motivos como falta de infraestrutura, nível de escolaridade, falta de motivação para

utilizar os recursos, ou até mesmo porque são capacitados em outras áreas, mas que não acompanharam o desenvolvimento tecnológico (Porto, 2016).

Nesse sentido, a inclusão digital vai além de possuir um dispositivo eletrônico e estar conectado à internet. Implica também em ter domínio da utilização dos aplicativos contidos nos dispositivos, bem como das ferramentas disponíveis.

As TIC surgiram na década de 1990. No Brasil, problemas de ordem socioeconômica e desigualdade social originados no período colonial, mesclam-se à chegada das novas tecnologias. Mattos e Santos (2009) destaca o período de industrialização, de 1930 a 1980, e a forte retração da economia na década de 1980, responsáveis pela diminuição do crescimento econômico que continuou na década de 1990. Assim, é em meio a uma situação de crise econômica que as TIC chegam ao Brasil.

Desde então, as formas de pensar as desigualdades digitais associadas à exclusão digital sofreram mudanças, desviando o foco das desigualdades de acesso para as diferenças nos resultados constatados pelo uso das TIC (Helsper, 2019). E o que se discute é se as abordagens empregadas nos projetos de inclusão digital realmente preparam as pessoas para se tornarem participantes das novas dinâmicas sociais, por meio das tecnologias, gerando as mudanças necessárias no meio em que vivem (Bonilla & Oliveira, 2011). Segundo os autores, a inclusão digital é ainda um tema que gera discussões e questionamentos sobre a sua compreensão, resultados e tentativas de definição, o que torna relevante a sua problematização.

Bonilla e Pretto (2011) entendem que a inclusão digital fica constatada quando os sujeitos sociais são capazes de utilizar as tecnologias digitais com propriedade, de forma a gerar transformações em seu meio. Lemos (2007, p. 42) afirma que o processo de inclusão não se resume ao capital técnico, mas que “a ação de incluir deve ser vista como uma ação complexa que visa a ampliação dos capitais técnico, cultural, social e intelectual”, que seriam estimulados pela educação de qualidade, acessibilidade aos dispositivos eletrônicos e à internet, e geração de empregos.

Porto (2016) define a inclusão digital sob dois contextos. No primeiro, em um sentido mais amplo, o acesso às TIC tem o objetivo de elevar as condições de vida de pessoas que não fazem uso de recursos tecnológicos por diferentes razões, como a falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada, falta de escolaridade ou falta de interesse. No segundo, a autora destaca a importância do desenvolvimento das

tecnologias como um incentivo para as pessoas lidarem com a informação, por meio da utilização de recursos tecnológicos.

A exclusão digital, também conhecida por *digital divide*, se manifesta nas dificuldades e desigualdades de grande parte da população ao acesso às TIC (Bonilla & Oliveira, 2011). Embora em 1990 o termo já fosse utilizado, foi no início de 2010 que o termo inclusão digital ganhou força, associado à ideia de que todos teriam a garantia do desenvolvimento de habilidades e acesso às TIC e, conseqüentemente, participantes do processo de desenvolvimento social e econômico (Hosman & Comisso, 2020).

Em seus estudos, Hosman e Comisso (2020) apresentam a evolução do termo *digital divide*. Originalmente estava associado ao conceito de acesso. Evoluiu para *uso efetivo* de TIC, que envolve não apenas o acesso, mas também a habilidade de adaptar e gerar conhecimento. No Brasil, além da extensão territorial, a pobreza e o analfabetismo são fatores agravantes da exclusão digital (Bolzan & Löbler, 2016).

Relacionados aos termos inclusão digital e exclusão digital, estão os termos inclusão social e exclusão social. Porto (2016, p. 300) afirma que “o conceito de sociedade inclusiva está na fundamentação da inclusão digital”. Ainda, segundo a autora, pela inclusão digital é possível acessar informações na internet e gerar conhecimento, caracterizando a inserção social.

Questionamentos são feitos a respeito da efetividade de ações que preparam indivíduos para o uso de TIC. As políticas públicas de inclusão digital diminuem as diferenças entre os que têm e os que não têm habilidades com as TIC, tornando incluídos digitais os que antes eram excluídos (Bolzan & Löbler, 2016).

No Brasil, foi no início da década de 1990 que começaram a surgir os programas de políticas públicas de educação e tecnologias, com a finalidade, em sua maioria, de distribuir computadores para as escolas e a implantação de laboratórios de informática, levando recursos de tecnologia às pessoas que não tinham acesso aos mesmos. Porém, dentre as dificuldades inerentes ao processo, Cordeiro e Bonilla (2018) apontaram problemas como a subutilização da tecnologia devido à falta de infraestrutura, pela falta de conexão de qualidade.

Os programas de implantação de tecnologias digitais se apresentam como verdadeiras soluções para a promoção da inclusão digital. Entretanto, há que se pensar em quem se beneficiará dos mesmos, uma vez que a condição mínima exigida para tal é ser alfabetizado. A avaliação da eficácia desses programas não é simples, principalmente pela pouca informação reunida sobre o assunto.

A observação dos indicadores de exclusão digital é importante para o processo de criação de políticas públicas de inclusão digital. Porém, Bonilla e Oliveira (2011) observaram a falta de articulação entre programas de inclusão digital e as políticas públicas, e embora as ações isoladas propostas nos programas diminuam as adversidades sociais nas comunidades, essas ações são tratadas como casos isolados, sem considerar as reais dificuldades enfrentadas pelas comunidades.

Os aspectos sociais impactam as condições de vida e saúde das pessoas, visto que a saúde é entendida como um processo social. A inclusão digital está relacionada aos aspectos sociais, entre os quais se destaca a educação. Em sociedades de classes, as oportunidades tornam-se diferentes para os indivíduos que pertencem às diferentes classes (Demo, 2005), e tornam-se evidentes as iniquidades, uma vez que é sempre a classe mais pobre a atingida.

Nesse cenário, destacam-se os determinantes sociais da saúde (DSS), definidos pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) como “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco para a população” (Buss & Pellegrini, 2007, p. 78).

Eles atingem, entre outros, o direito à educação, colocando os indivíduos em situação de desvantagem. No contexto deste estudo, traz-se a educação para o âmbito da inclusão digital, que envolve o desenvolvimento de habilidades com a tecnologia, o acesso ao equipamento e à infraestrutura necessária, e o desenvolvimento da autonomia, além de um nível mínimo de escolaridade. Compreender os determinantes sociais da saúde permite identificar as diferenças nas condições e oportunidades, não apenas reduzindo as desigualdades, mas também auxiliando na formulação de políticas de inclusão digital.

Educação inclusiva e o uso de tecnologias também são propostos nos objetivos de desenvolvimento sustentável do plano de ação da Agenda 2030. Pessoas digitalmente incluídas têm autonomia sobre a utilização dos recursos de tecnologia, maior acesso à informação e melhores oportunidades no mercado de trabalho, beneficiando-se das vantagens proporcionadas pela inclusão digital. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar como a inclusão digital pode favorecer o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

Método

O presente estudo constitui uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados consultadas foram: SCOPUS, *Web of Science*, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Eletronic Library OnLine* (SciELO), *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL).

A questão de busca que constituiu a base para os critérios de inclusão e exclusão e orientou as buscas nas bases de dados foi: “A inclusão digital pode favorecer o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas?” Ela foi elaborada segundo a estratégia PVO (P - *Population*/População; V - *Variables*/Variáveis; O - *Outcomes*/Resultados). Para este estudo, tem-se a seguinte representação: P (pessoas); V (inclusão digital) e O (empoderamento, qualidade de vida e bem-estar).

Os seguintes cruzamentos de palavras-chaves foram utilizados nas buscas: “*Quality of life*” AND “*Digital inclusion*” OR “*Information and communication Technologies*” OR “*Information and communication Technology*”; *Empowerment* AND “*Digital inclusion*” OR “*Information and communication Technologies*” OR “*Information and communication Technology*”; *Wellbeing* OR *Well-being* AND “*Digital inclusion*” OR “*Information and communication Technologies*” OR “*Information and communication Technology*”.

Quanto aos critérios de inclusão, optou-se somente por artigos publicados nos últimos 10 anos (2011 - 2020), em português, inglês e espanhol e que estavam diretamente relacionados aos temas investigados. Foram excluídas todas as publicações diferentes de artigos, bem como artigos publicados em idiomas diferentes dos selecionados, e cujos contextos não implicassem na relação da inclusão digital com a qualidade de vida, o empoderamento e o bem-estar.

Em relação aos procedimentos da revisão, o processo de busca e seleção dos artigos nas bases de dados aconteceu durante o mês de agosto de 2020, e foi realizado por dois revisores independentes. Após a realização das buscas, os artigos resultantes foram triados com base na leitura dos títulos e resumos dos mesmos. Foram selecionados aqueles que atenderam aos critérios de inclusão.

As divergências ocorridas entre as buscas realizadas pelos dois revisores foram discutidas até que se chegasse a um consenso. Após a primeira triagem, os artigos foram lidos na íntegra e tiveram as suas informações sintetizadas em uma tabela, com os seguintes dados: título do artigo, autores, ano de publicação, nome da revista, local de realização da pesquisa, objetivo do estudo, método (tipo de estudo), método (amostra / população do estudo) e resultados. Essa tabela teve por objetivo facilitar as análises

descritivas e críticas dos estudos.

Resultados

O levantamento bibliográfico realizado nas cinco bases de dados localizou um total de 47 artigos. Dentre eles, 22 eram repetidos e 16 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Assim, nove artigos foram lidos na íntegra e compuseram a revisão integrativa. O processo de busca e seleção está apresentado na Figura 1.

Os artigos selecionados neste estudo foram publicados no período de 2011 a 2020 (até a data de realização das buscas dos artigos selecionados), e indicam o interesse de investigação sobre os efeitos que a utilização das TIC exerce nas pessoas, em relação à qualidade de vida, empoderamento e bem-estar, associados à inclusão digital. Dos estudos em questão, foi identificado um que associou diretamente a inclusão digital à qualidade de vida (Ali, Alam, Taylor & Rafiq, 2020); quatro que trataram da relação entre o uso das TIC e o empoderamento de mulheres (Triyono & Nuariyani, 2019; Rimi & Chudi, 2017; Hossain & Beresford, 2012; Shirazi, 2012); três que relacionaram o uso das TIC e o empoderamento de adultos idosos (Wong, Chen, Lee, Fung & Law, 2014; Ihm & Hsieh, 2015; Zhang & Umemuro, 2012), e um que evidenciou as principais limitações dos potenciais emancipatórios das políticas de inclusão digital e das TIC (Mariën & Prodnik, 2014).

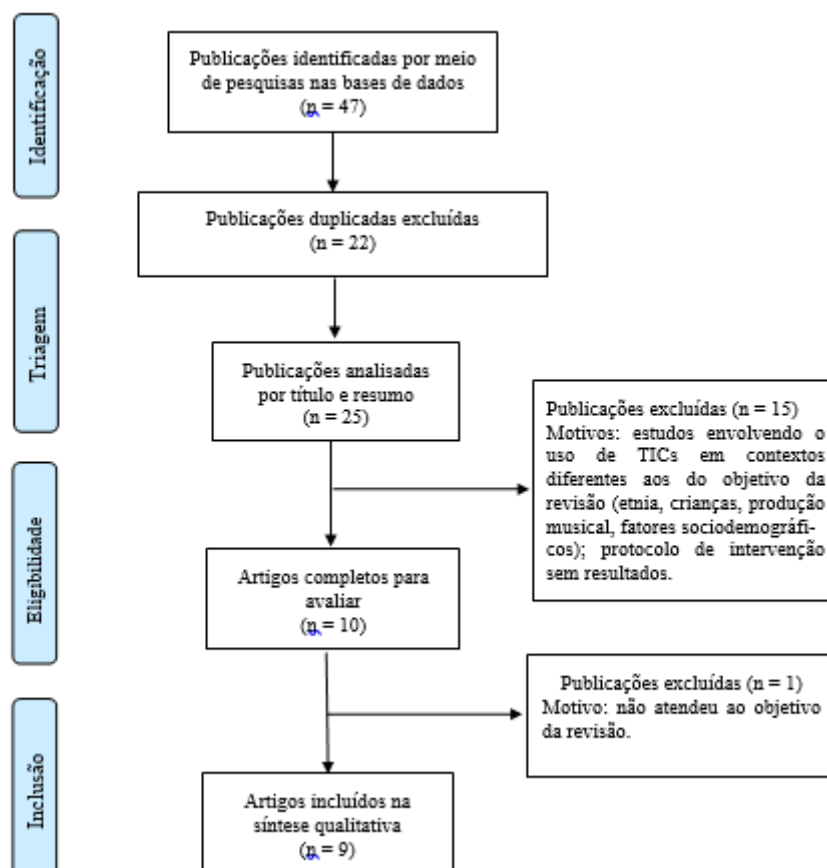


Figura 1. Fluxograma PRISMA do processo de busca e seleção dos artigos

Qualidade de vida

Ali et al. (2020), em um estudo longitudinal, mostraram que a qualidade de vida é maior para pessoas com acesso à internet, em condições socioeconômicas mais elevadas, que vivem em áreas urbanas e têm participação em atividades comunitárias. O estudo revelou, também, que pessoas que pertencem a um grupo socioeconômico mais alto têm maior probabilidade de ter acesso à internet. O mesmo acontece em relação às famílias com filhos e às que residem em cidades maiores. Despesas domésticas com TIC e deduções financeiras para áreas urbanas têm um efeito positivo no acesso à internet. Entretanto, a variável idade mostrou ter um efeito negativo na qualidade de vida. Em relação à inclusão digital, o estudo mostrou que ela está positivamente associada à qualidade de vida, e que índices mais elevados de qualidade de vida estão associados a índices mais elevados de educação, saúde e segurança econômica, que indiretamente promovem a adoção de TIC.

Empoderamento feminino

Triyono e Nuariyani (2019) apresentaram um estudo qualitativo realizado na Indonésia, que teve como objetivo pesquisar uma estratégia de desenvolvimento utilizada por mulheres de um grupo, baseada em TIC. O estudo mostrou que as mulheres do grupo pesquisado utilizavam celulares. Porém, muitas faziam uso deles apenas para *chat*, e não para o *marketing*. O motivo seria a idade, que as levava a escolherem vendas convencionais em lugar de vendas online.

O estudo de Rimi e Chudi (2017) é transversal e qualitativo, e teve como objetivo examinar o papel das TIC no empoderamento de mulheres nigerianas, agricultoras rurais. Como agricultoras, elas têm necessidade de informações sobre insumos, preços e mercados. Para as mulheres rurais, o uso de TIC melhorou a renda, reduziu a pobreza, reduziu a discriminação sistemática e a violência, forneceu acesso aos mercados financeiros, ofereceu oportunidades de empreendedorismo, melhorou a tomada de decisões e a capacidade de romper o isolamento, entre outras. Ainda, o

desenvolvimento e crescimento dos negócios pessoais ajudou as mulheres a superarem o analfabetismo.

Hossain e Beresford (2012) realizaram um ensaio teórico em Bangladesh, em que apresentaram uma análise da situação do desenvolvimento das TIC em relação, particularmente, às tecnologias de telefones móveis. O estudo mostrou que a tecnologia do celular pode fornecer acesso e controle sobre informação e conhecimento, mas que é necessário, antes, um olhar atento das mulheres para o significado de sua participação nas iniciativas de desenvolvimento, e o reconhecimento das dificuldades que elas enfrentam no âmbito da economia. Não basta implantar TIC sem que mudanças na estrutura social de gênero sejam realizadas.

Shirazi (2012) apresentou um ensaio teórico realizado no Irã, em que investigou o papel das TIC, particularmente a internet, para a emancipação das mulheres. O estudo mostrou que, por meio de atividades digitais, as mulheres participam ativamente do discurso de comunicação pela formação de comunidades digitais e publicações na web. O acesso aos treinamentos em TIC não apenas permitiu que informações pudessem ser acessadas e divulgadas, mas lhes conferiu voz para que pudessem se expressar nos meios políticos e econômicos e, assim, lutarem por uma sociedade mais justa. Entretanto, mesmo com a efetividade e eficiência de sua participação em atividades digitais, não é possível afirmar que os recursos fornecidos pelas TIC causem mudanças no Irã.

Empoderamento de idosos

Wong et al. (2014) apresentaram uma intervenção pré e pós-teste, que consistiu na análise do empoderamento de adultos idosos por meio da aprendizagem e utilização de TIC, antes e após o treinamento. Nesse estudo, dois grupos foram analisados. Em um dos grupos, a maioria dos participantes tinha alguma experiência com o uso de computador. Após o treinamento, o estudo apontou que o treinamento adicional para os que já tinham algum conhecimento em TIC não melhorou a autoeficácia ou os relacionamentos social/familiar, e houve até redução nas expectativas e experiências de aprimoramento. Para o outro grupo, a maioria dos participantes não tinha experiência anterior com o uso do computador. A maioria dos participantes sentiu que, quando a maioria tivesse aprendido a usar o computador, aqueles sem conhecimento nas tecnologias se sentiriam incomodados. Os estudos mostraram que aprender a usar o computador melhorou aspectos da autoeficácia; houve aumento da conscientização de

que a falta de conhecimento em TIC leva à situação de marginalização e que o baixo nível de escolaridade limita o seu uso.

O estudo apresentado por Ihm e Hsieh (2015) é de caráter transversal. Os resultados mostraram que a idade estava negativamente relacionada ao acesso às TIC; os participantes com mais idade estavam menos propensos ao uso, tanto instrumental como socialmente; o nível de participação social não estava relacionado com o acesso às TIC; participantes com rendimentos mais elevados e envolvimento com organizações religiosas estavam mais propensos a terem acesso às TIC, tanto social como instrumental; o gênero estava relacionado ao uso social de TIC; a utilização de TIC por razões instrumentais indicou participantes mais propensos a participar de reuniões sociais; participantes que utilizaram TIC com fins sociais não apresentaram qualquer relacionamento em seu engajamento social.

Zhang e Umemuro (2012) apresentaram um estudo transversal. Em todas as atividades foi utilizado teste-t pareado para examinar as diferenças entre o bem-estar hedônico e eudaimônico. O bem-estar hedônico está relacionado com a busca de prazer baseada em experiências positivas vivenciadas, considerando-se a presença do humor positivo e ausência do negativo. O bem-estar eudaimônico origina-se nas postulações de Aristóteles e está relacionado com aspectos do desenvolvimento de potenciais humanos como o crescimento pessoal, autonomia e objetivos de vida (Araújo, Ribeiro & Paúl, 2017).

Em um total de oito atividades, em cada par duas atividades eram comparadas separadamente. Na atividade de leitura de notícias e em bate-papos on-line, houve uma relação significativa entre o bem-estar de idosos associado ao uso das TIC, e o bem-estar associado às atividades da vida diária. Nas compras on-line e na escrita de e-mails, houve uma relação moderada entre o bem-estar de idosos nas atividades de TIC e o bem-estar correspondente às atividades diárias, pela utilidade percebida. Quanto ao uso de TIC, a utilidade percebida e o bem-estar da vida diária são indicadores do bem-estar hedônico e eudaimônico. A autoeficácia é um indicador apenas do bem-estar eudaimônico.

Limitações dos potenciais emancipatórios

O estudo apresentado por Mariën e Prodnik (2014) é um ensaio teórico, em que se evidenciou as principais limitações dos potenciais emancipatórios das políticas de inclusão digital e das TIC. O artigo mostrou que o surgimento das TIC, juntamente com

a evolução da digitalização em grande escala, propiciou mecanismos estruturais de des(empoderamento). Tais processos, associados às desigualdades de classes, conflitam com as estratégias de inclusão digital e políticas de empoderamento. As divergências levam a uma desigualdade de distribuição de TIC, mais voltada para o mercado, gerando desigualdades socioespaciais. Fica a critério de iniciativas *ad hoc* de organizações da sociedade civil e das políticas de inclusão digital, as soluções para as falhas de mercado.

Discussão

O objetivo deste trabalho foi identificar como a inclusão digital pode favorecer o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Em síntese, a qualidade de vida foi apresentada com maior ênfase no estudo de Ali et al. (2020). O conceito de qualidade de vida é utilizado pelas diferentes áreas de estudo, sendo mais difícil definir do que compreender seu significado. Sua percepção pode ser particular a cada indivíduo e já foi apresentada como sinônimo de saúde, satisfação pessoal, condições de vida, entre outros (Pereira, Teixeira & Santos, 2012). A conscientização sobre a capacidade de usufruir com autonomia das tecnologias digitais, aumenta a autoestima e as expectativas em relação às melhorias disponíveis. Estudos destacam a segurança que os incluídos digitais apresentam frente ao uso de equipamentos, o que eleva o nível da autoestima, das expectativas em relação ao mercado de trabalho e da qualidade de vida (Bolzan & Löber, 2016; Diniz & Moreira, 2020). A internet permite o acesso às mais diversificadas informações, beneficiando inclusive os idosos, melhorando sua qualidade de vida e diminuindo o isolamento social (Rimi & Chudi, 2017; Diniz & Moreira, 2020).

Estudos apontam que, tanto no Brasil como também em países mais pobres, são as pessoas que pertencem às camadas sociais mais altas e com maiores índices de escolaridade as que mais se beneficiam dos recursos proporcionados pelas tecnologias digitais (Medeiros & Miranda, 2010; Rimi & Chudi, 2017; Ihm & Hsieh, 2015). A idade foi apontada como um fator negativo para o uso das TIC em três estudos analisados nesta revisão (Ali et al., 2020; Triyono & Nuariyani, 2019; Ihm & Hsieh, 2015). As pessoas idosas possuem limitações que as podem desmotivar quanto ao uso das TIC, associadas às “alterações físicas, emocionais sociais e culturais” (Machado, 2007, p. 222). Isso requer atenção por parte dos projetistas de interfaces, de forma que elas sejam

projetadas e desenvolvidas para serem mais interativas e inclusivas, e que contribuam para a qualidade de vida de pessoas com mais idade (Machado & Vergara, 2007).

Dois estudos analisados apontaram que as mulheres foram mais propensas ao uso de tecnologias (Wong et al., 2014; Ihm & Hsieh, 2015). O papel mais atuante das mulheres constata uma falta de interesse por parte dos homens na busca pelo conhecimento sobre as tecnologias (Alvarenga, Yassuda & Cachioni, 2019; Lolli & Maio, 2015). Além disso, Rimi e Chudi (2017) apresentaram diversos fatores considerados positivos em relação ao uso de TIC, que permitiram às mulheres agricultoras a experiência do exercício da autonomia. É a constatação da melhora da qualidade de vida por meio da mudança social e do crescimento econômico (Wamuyu, 2017), e a constatação do empoderamento, visto que as conquistas dessas mulheres aumentaram a confiança na sua capacidade de gerir seus negócios e vida pessoal (Wolf, Carrion, Lima & Becker, 2010).

O estudo realizado por Hossain e Beresford (2012) apontou a necessidade de maior desenvolvimento e engajamento social, maior incentivo ao uso de TIC, aumento da participação e o controle nas decisões familiares. Isso porque não basta ter acesso à tecnologia, é preciso ter o domínio sobre seu uso e desenvolver autonomia para gerar e propagar conhecimento (Bolzan & Löbner, 2016). Embora as mulheres façam uso da tecnologia, a implantação de TIC ainda não é suficiente para gerar mudanças na estrutura social de gênero (Hossain & Beresford, 2012; Shirazi, 2012).

Rimi e Chudi. (2017), constataram o alto custo dos serviços prestados, conectividade de baixa qualidade e o baixo nível de escolaridade. Ressalta-se que as pessoas que residem em áreas rurais são mais acometidas por tais dificuldades, levando à uma diminuição da qualidade de vida. Wamuyu (2017) aponta a existência de exclusão digital entre os que vivem em áreas mais pobres e os que vivem em áreas mais abastadas e com recursos.

As mulheres iranianas (Shirazi, 2012) podem ainda não ter alcançado o empoderamento em sua plenitude, uma vez que se trata de um país onde a desigualdade de gênero é muito grande, mas estão no caminho, visto pela perspectiva de que o uso das TIC as encorajou na luta por seus direitos.

A idade e o baixo nível de escolaridade são fatores negativos relacionados ao uso de TIC por idosos (Wong et al., 2014; Ihm & Hsieh, 2015), enquanto que pertencer a grupos com rendimentos mais elevados torna as pessoas mais propensas ao uso delas (Ihm & Hsieh, 2015). Embora os idosos tenham maiores restrições por fatores próprios

à idade mais avançada, estudos apontam que a motivação e a criação de estímulos sobre a atividade intelectual auxiliam no processo de aprendizagem (Alvarenga et al., 2019; Lolli & Maio, 2015). Dessa forma, é possível observar que o uso de TIC e a inclusão digital podem desenvolver a autoeficácia e, conseqüentemente, conferir ao idoso mais qualidade de vida e bem-estar.

Os aspectos cognitivos são destacados em todos os estudos envolvendo idosos, uma vez que o uso da memória é bastante exigido no processo de aprendizagem. Os participantes mostraram haver uma conscientização sobre a importância de conhecer e saber usar as tecnologias (Wong et al., 2014); apresentaram, também, indícios de bem-estar provocados pela utilização das TIC em atividades diárias (Zhang & Umemuro, 2012).

Para os idosos, o desafio de aprender a lidar com as tecnologias é maior. Memória, declínio da habilidade motora, da percepção visual e auditiva, entre outros, são alguns fatores que dificultam o aprendizado, e que podem levar à desistência do objetivo de aprender a trabalhar com as tecnologias. A conscientização sobre a necessidade do conhecimento e benefícios proporcionados pelo uso de TIC é necessária para a superação das dificuldades (Wong et al., 2014; Alvarenga et al., 2019). Os benefícios cognitivos proporcionam desde a facilitação de tarefas diárias, às contribuições para a vida social.

Dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018), permitem uma avaliação sobre o uso da internet no Brasil. Cerca de 75% da população (180 milhões de pessoas) fizeram uso da internet no período 2017 - 2018, mostrando um ritmo de crescimento tanto para homens como para mulheres. Nas áreas rurais o crescimento foi mais acelerado e maior para as mulheres. Pessoas com 60 anos ou mais de idade representaram 38,7% dos que fizeram uso da internet no período. A pesquisa apontou que, embora pessoas com nível educacional mais elevado sejam mais propensas ao uso da internet, houve um aumento do uso por parte de pessoas com nível educacional mais baixo, devido à disseminação do uso da internet e facilidades de acesso.

Os dados apresentados pela pesquisa confirmam alguns resultados dos estudos discutidos neste trabalho. Embora os estudos analisados na revisão integrativa tenham sido realizados em outros países e até continentes diferentes ao da América do Sul,

observa-se que as dificuldades apontadas são muito semelhantes às encontradas nos estudos realizados no Brasil e apresentados na discussão.

Parâmetros como idade, nível socioeconômico, nível educacional, falta de recursos, desigualdade de gênero, alto custo com equipamentos, entre outros, são fatores comuns apresentados nos estudos. A condição socioeconômica de um indivíduo pode ser agravada pela marginalização causada pela exclusão digital. Alvarenga et al. (2019, p. 3) apresentam dois conceitos importantes quando se trata da inclusão digital. A alfabetização digital, que “se refere ao processo inicial de aprender a utilizar o computador”, e o letramento digital, que “envolve competências como compreender, assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento”, por meio da utilização das TIC.

Embora há tempos venha sendo discutida, a inclusão digital ainda é tratada como iniciativas isoladas, que necessitam de mais pesquisas e propostas para a criação de políticas públicas efetivas de inclusão digital.

Considerações finais

Os estudos analisados por meio da revisão integrativa indicam o interesse de investigação sobre os efeitos que a utilização das TIC exerce nas pessoas em relação à qualidade de vida, empoderamento e bem-estar, associados à inclusão digital. Um fator limitante para o estudo foi o baixo número de artigos encontrados, que atendessem aos critérios definidos para a análise. Pelos critérios estabelecidos, todos os artigos encontrados são internacionais, o que evidencia a necessidade de estabelecer que mais pesquisas sobre o tema sejam desenvolvidas na realidade nacional.

Em um país de grande extensão territorial como é o Brasil, onde há grandes diferenças socioeconômicas e culturais, a padronização para uma solução é extremamente difícil. Todavia, apesar de a revisão integrativa ter considerado somente artigos internacionais, observou-se que os resultados apresentados nos estudos analisados são semelhantes aos problemas que ocorrem no Brasil, principalmente se forem considerados os países mais pobres. Outro ponto que chamou a atenção é que os estudos atuais se assemelham muito aos estudos datados de décadas passadas, exceto pelos novos tipos de tecnologias apresentadas.

Para finalizar, os estudos mostraram diferentes situações para as quais as TIC são utilizadas. Há fatores limitantes para seu uso, mas ficou evidente que pessoas digitalmente incluídas participam de um processo de transformação, relacionado com a segurança, autoestima, aumento de expectativas, diminuição do isolamento social, entre

outras, o que pode lhes conferir aumento da qualidade de vida, empoderamento e bem-estar.

Referências

- Ali, M., Alam, K., Taylor, B., & Rafiq, S. (2020). Does digital inclusion affect quality of life? Evidence from Australian household panel data. *Telematics and Informatics*, 51, 101405.
- Alvarenga, G. M. O., Yassuda, M. S., & Cachioni, M. (2019). Inclusão digital com tablets entre idosos: metodologia e impacto cognitivo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(2), 384-401.
- Araújo, L., Ribeiro, O., & Paúl, C. (2017). Hedonic and eudaimonic well-being in old age through positive psychology studies: a scoping review. *Anales de Psicologia*, 33(3), 568-577.
- Bolzan, L. M., & Lobler, M. L. (2016). Socialização e afetividade no processo de inclusão digital: um estudo etnográfico. *Organizações e Sociedade*, 23(76), 130-149.
- Bonilla, M. H. S., & Oliveira, P. C. S. (2011). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. In: Preto, N.; Bonilla, M. H. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 15-21. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polêmica-final.pdf>>. Acesso em: 09 Out. 2020.
- Bonilla, M. H. & Preto, N. (Org.). (2011). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, p. 163-182. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polêmicafinal.pdf>>. Acesso em: 09 Out. 2020.
- Buss, P. M., & Pellegrini, A. A. Filho (2007). Saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, 17(1), 77-93.
- Cordeiro, S. F. N., & Bonilla, M. H. S. (2018). Educação e tecnologias digitais: políticas públicas em debate. 5º SENID Cultura Digital na Educação, 2018. *Anais...* Passo Fundo, SENID. Disponível em: <https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/senid/2018-artigos-completos/178958.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- Demo, P. (2005). Inclusão digital - cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*, 1(1), p. 36-38.

- Diniz, J. L., & Moreira, A. C. A. (2020). Inclusão digital e o uso da internet pela pessoa idosa no Brasil: estudo transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(supl. 3), e20200241.
- Helou, A. R. H. A., Lenzi, G. K. S., Abreu, A. D., Saiss, G., & Santos, N. (2011). Políticas Públicas de Inclusão Digital. *Renote - Revista Novas Tecnologias na Educação*, 9(1), 1-10.
- Helsper, H. E. J. (2019). *Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da internet na cidade de São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.
- Hosman, L., & Comisso, M. A. P. (2020). How do we understand “meaningful use” of the internet? Of divides, skills and socio-technical awareness. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, 18(3), 461-479.
- Hossain, S., & Beresford, M. (2012). Paving the pathway for women’s empowerment? A review of information and communication technology development in Bangladesh. *Contemporary South Asia*, 20(4), 455-469.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf>. Acesso em 09 de Out. 2020.
- Ihm, J., & Hsieh, Y. P. (2015). The implications of information and communication technology use for the social well-being of older adults. *Information, Communication & Society*, 18(10), p. 1123-1138.
- Lemos, A. (2007). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: Edufba.
- Lolli, M. C. G.S., & Maio, E. R. (2015). Uso da tecnologia por idosos: perfil, motivações, interesses e dificuldades. *Educação, Cultura e Sociedade*, 5(2), 211-223.
- Machado, M. A. N. (2007). O movimento dos idosos: um novo movimento social?. *Revista Kairós: Gerontologia*, 10(1), 221-233.
- Machado, L., & Vergara, L. G. L. (2007). *Análise de aspectos sensoriais e cognitivos ligados à interação em novas tecnologias: um estudo aplicado com idosos*. Anais do 12º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces humano-tecnologia: produto, informações, ambiente construído e transporte. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1-9.

- Mariën, I., & Prodnik, J. A. (2014). Digital inclusion and user dis(empowerment): a critical perspective. *Info*, 16(6), 35-47.
- Mattos, F. A. M., & Santos, B. D. D. R. (2009). Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica. *Liinc em Revista*, 5(1), 117-132.
- Medeiros, B. Neto, & Miranda, A. L. C. de (2010). Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. *Inclusão Social*, 3(2), 81-96.
- Pereira, E. F., Teixeira, C. S., & Santos, A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 26(2), 241-250.
- Porto, R. M. A. B. (2016). Inclusão digital: um caminho para inclusão social. *Ciência da Informação*, 43(2), 298-309.
- Rimi, T. A., & Chudi, A. F. (2017). Analysis of the roles of information and communications Technologies in rural women farmer's empowerment in Rivers State, Nigeria. *Library Philosophy and Practice (e-journal)*, 1, 1-10.
- Shirazi, F. (2012). Information and communication technology and women empowerment in Iran. *Telematics and Informatics*, 29(1), 45-55.
- Triyono, A., & Nuariyani, N. W. (2019). Information and communication technology (ICT) and women empowerment in Indonesia. *Humanities & Social Science Reviews*, 7(3), 1-10.
- Wamuyu, P. K. (2017). Bridging the digital divide among low income urban communities. Leveraging use of Community Technology Centers. *Telematics and Informatics*, 34, 1709-1720.
- Wolf, T. M., Carrion, R. M., Lima, V. C., & Becker, J. L. (2010). O empoderamento de mulheres através da inclusão digital. *Inc. Soc.*, 3(2), 106-122.
- Wong, Y, Chen, H., Lee, V. W. P., Fung, J. Y. C., Law, C. (2014). Empowerment of senior citizens via the learning of information and communication technology. *Ageing International*, 39(2), 144-162.
- Zhang, J., & Umemuro, H. (2012). Older adult's hedonic and eudaimonic well-being in information and communication technology activities. *Gerontechnology*, 10(4), 231-243.

Aceito em: março de 2022

Claudia Vicci Amadeu: Analista de Sistemas, Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Av. Dr. Armando de Salles Oliveira, 201 – Parque Universitário, Franca – SP, 14404-600.

Jorge Luiz da Silva: Psicólogo, Docente do Programa de Pós-Graduação de Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Av. Dr. Armando de Salles Oliveira, 201 - Parque Universitário, Franca - SP, 14404-600.

Marina Garcia Manochio-Pina: Nutricionista, Docente do Programa de Pós-Graduação de Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Av. Dr. Armando de Salles Oliveira, 201 - Parque Universitário, Franca - SP, 14404-600.

E-mail para contato: claudiavicci@gmail.com.